

# **Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS**

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

31 de dezembro de 2013 e 2012  
Com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas



Building a better  
working world

# **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas .....	1
Balanços patrimoniais consolidados .....	3
Demonstrações consolidadas do resultado .....	4
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa .....	7
Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas .....	8

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Aos Diretores e Acionistas do  
**Banco Cooperativo Sicredi S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Cooperativo Sicredi S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

### **Ênfase sobre a reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentadas em decorrência de reclassificações quanto aos valores de caixa e equivalente de caixa no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo modificação, datado de 18 de fevereiro de 2014.

Porto Alegre, 31 de março de 2014.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP-015.199/O-6/F-RS



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC 1SP-214.144/O-1

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Balanços patrimoniais consolidados  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Ativos			Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.476.684	838.275
Valores a receber de instituições financeiras	8	7.957.329	6.292.703
Ativos financeiros para negociação	9	263.182	104.478
Derivativos	10	1.213	73
Empréstimos e recebíveis de clientes	11	11.104.060	8.959.354
Ativos financeiros disponíveis para venda	12	2.865.190	3.127.010
Ativos intangíveis	13	1.039	583
Imobilizado	14	51.111	52.471
Propriedades para investimento	15	3.890	4.840
Crédito tributário diferido	21	14.115	8.721
Outros ativos	16	150.387	99.814
Total de ativos		<u>23.888.200</u>	<u>19.488.322</u>

	Nota	2013	2012
Passivos			Reapresentado
Depósitos de instituições financeiras	17	11.365.603	9.856.317
Depósitos de clientes	18	3.867.099	2.968.296
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	7.298.686	5.748.191
Derivativos	10	235	32
Provisões	20	10.182	6.524
Passivo tributário - corrente		24.153	9.201
Dívida subordinada		106.124	-
Outros passivos	22	271.283	284.790
Total de passivos		<u>22.943.365</u>	<u>18.873.351</u>
Patrimônio Líquido	23		
Capital social		878.813	557.471
Reservas		55.031	44.414
Ajuste de valor patrimonial		(159)	106
Lucros acumulados		11.121	12.504
Participação Minoritária		29	476
Total do patrimônio líquido		<u>944.835</u>	<u>614.971</u>
Total de passivos e patrimônio líquido		<u>23.888.200</u>	<u>19.488.322</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	Nota	2013	2012
Receita de juros	24	1.568.226	1.685.807
Despesa de juros	24	(1.319.490)	(1.475.474)
Receita líquida com juros		248.736	210.333
Receita de tarifas, taxas e comissões	25	356.956	292.221
Despesa de tarifas, taxas e comissões	25	(154.687)	(129.842)
Receita líquida de tarifas, taxas e comissões		202.269	162.379
Ganho / (perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	26	5.645	2.900
Outras receitas operacionais	27	100.091	98.258
Despesas de pessoal	28	(113.085)	(99.050)
Outras despesas administrativas	29	(318.929)	(276.101)
Depreciação e amortização	13, 14 e 15	(4.833)	(5.635)
Outras despesas operacionais	30	(28.213)	(28.887)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(13.272)	1.056
Participação dos acionistas minoritários		446	139
Lucro operacional antes da tributação		78.855	65.392
Tributos sobre o lucro	31	(33.693)	(21.968)
Lucro líquido do exercício		45.162	43.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	45.162	43.424
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Movimento líquido no valor justo	(442)	366
Efeito de imposto de renda	177	(146)
Outros resultados abrangentes líquidos da tributação	(265)	220
Total do resultado abrangente	<u>44.897</u>	<u>43.644</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	Capital Social		Instrumento Híbrido		Lucros acumulados	Reservas	Outros resultados abrangentes		Participação de acionistas não controladores	Total	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Instrumento Híbrido de Capital e Dívida Subordinada					Ajuste	Marcação a Mercado TVM			
1º de janeiro de 2012	381.677	114.760			3.990	56.324	(114)		20	556.657	556.677
Lucro líquido do exercício	-	-			43.424	-	-	-	-	43.424	43.424
Outros resultados abrangentes	-	-			-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-			-	-	220	-	-	220	220
Transações com acionistas registrados no patrimônio líquido	-	-			-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-			(1.745)	1.745	-	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-			(24.874)	24.874	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-			(8.291)	-	-	-	-	(8.291)	(8.291)
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida	-	9.639			-	-	-	-	-	9.639	9.639
Aumento de capital	51.375	-			-	(38.529)	-	-	-	12.846	12.846
Variação de participações de não controladores	-	-			-	-	-	-	456	-	456
31 de dezembro de 2012	433.052	124.419			12.504	44.414	106		476	614.455	614.971
Lucro líquido do exercício	-	-			45.162	-	-	-	-	45.162	45.162
Outros resultados abrangentes	-	-			-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-			-	-	(265)	-	-	(265)	(265)
Transações com acionistas registrados no patrimônio líquido	-	-			-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-			(2.328)	2.328	-	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-			(33.163)	33.163	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-			(11.054)	-	-	-	-	(11.054)	(11.054)
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida subordinada	-	10.019			-	-	-	-	-	10.019	10.019
Aumento de capital	311.323	-			-	(24.874)	-	-	-	286.449	286.449
Variação de participações de não controladores	-	-			-	-	-	-	(447)	-	(447)
31 de dezembro de 2013	744.375	134.438			11.121	55.031	(159)		29	944.806	944.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



# Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	2013	2012
		Reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes da tributação e participação dos acionistas minoritários	78.409	65.253
Ajustes ao lucro:		
<i>Itens não monetários incluídos no lucro líquido consolidado</i>		
Depreciação e amortização	4.833	5.635
Provisões para perdas de crédito	13.272	(1.056)
Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida	10.020	9.639
Juros Dívida subordinada	1.335	-
Provisão para passivos em litígios	3.658	4.464
Custo da alienação de imobilizado	167	312
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(21)	(116)
	33.264	18.879
<b>(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais</b>		
Valores a receber de bancos	(1.664.626)	1839
Ativos financeiros disponíveis para venda	261.555	(174.608)
Ativos financeiros para negociação	(158.683)	(34.721)
Derivativos	(1.140)	408
Empréstimos e recebíveis de clientes	(2.052.145)	(1694.373)
Outros ativos financeiros	(50.573)	(59.145)
	(3.665.612)	(1960.600)
<b>Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais</b>		
Derivativos	203	(12)
Valores a pagar a clientes	898.803	945.833
Valores a pagar a instituições financeiras	1.509.286	1696.652
Obrigações por títulos e valores mobiliários	1.550.495	(159.830)
Outros passivos financeiros	(8.537)	61.165
Impostos sobre lucros pagos	(31.871)	(35.783)
	3.918.379	2.508.025
<b>Total de fluxo de caixa líquido das atividades operacionais</b>	364.440	631.557
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Títulos e créditos a Receber	(95.715)	-
Aquisição de imobilizado	(2.674)	(3.193)
Aquisição de intangível	(471)	(410)
<b>Total de fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	(98.860)	(3.603)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de Obrigações por Dívida subordinada	94.671	-
Aumento de capital	278.158	-
<b>Total de fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	372.829	-
<b>Movimento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	638.409	627.954
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	838.275	210.321
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.476.684	838.275
Transações não monetárias	11.054	8.291
Dividendos	11.054	8.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

# Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

## 1. Contexto Operacional

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Instituição" ou "Banco"), instituição financeira privada nacional, com sede a Rua Assis Brasil, 3.940 – Porto Alegre – RS, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. A Instituição tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo - Sicredi atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operarem nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo.

Em 31 de dezembro de 2013, o Sistema de Crédito Cooperativo – Sicredi está organizado por 100 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 1.258 pontos. A estrutura conta ainda com as quatro Centrais Regionais ("Centrais") – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), a Fundação Sicredi e o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco"), que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda, a Administradora de Cartões Sicredi Ltda, a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sistema Cooperativo Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

O Banco e o Rabo Development B.V., braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank, firmaram acordo de investimento em 07 de junho de 2011. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011.

Em outubro de 2012, o Banco e a International Finance Corporation – IFC, membro do Banco Mundial e maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento, firmaram acordo de investimento.

A parceria visa contribuir para a manutenção da capacidade de alavancagem do Banco em níveis que permitam atender às demandas das Cooperativas filiadas, além de garantir o alinhamento estratégico do Sistema Sicredi e da International Finance Corporation – IFC. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de maio de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sicredi Participações S.A, o Rabo Development B.V. e a International Finance Corporation – IFC detêm, respectivamente, participação de 77,98%, 18,90% e 3,12% das ações do Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco e Empresas Controladas em IFRS foram aprovadas pela diretoria em 28 de março de 2014.

# Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

### 2.1 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Este conjunto de Demonstrações Financeiras Consolidadas foi preparado de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), em atendimento à Resolução nº 3.786/09 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor até 31 de dezembro de 2013. As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2013 são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

Certos valores do balanço patrimonial e da demonstração dos fluxos de caixas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram reapresentados em função da revisão da alocação contábil dos respectivos saldos de caixa e equivalentes de caixa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2012	
	Reapresentado	Original
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	838.275	1.177.585
Valores a receber de instituições financeiras	6.292.703	5.953.393
<b>Fluxo de Caixa</b>		
<b>(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais</b>		
Valores a receber de bancos	1.839	111.666
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	210.321	439.804
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	838.275	1.177.585



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS--Continuação

#### 2.2 Base da Consolidação das demonstrações financeiras

##### 2.2.1 Controladas

As controladas e outras entidades sobre as quais o Banco exerce controle, direta ou indiretamente, são consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o Banco obtém o controle, e deixam de ser consolidadas na data na qual esse controle acaba. Todas as transações, saldos, e ganhos e perdas não realizados entre as unidades de negócios do Banco são eliminados como parte da consolidação.

As participações minoritárias representam, diretamente ou indiretamente, a porção do resultado e do patrimônio líquido que não pertence ao Banco, e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e incluídas no patrimônio líquido do balanço consolidado, de forma destacada no patrimônio líquido da controladora.

Empresa	Atividade	2013	2012
Participações diretas no capital:		%	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	Administradora de Consórcios	99,99	99,99
Administradora de Cartões Sicredi Ltda.	Administradora de Cartões	99,99	99,99
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	Administradora de Bens	99,98	99,98
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	Corretora de Seguros	99,75	99,75

### 3. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas são explicadas abaixo.

#### 3.1 Estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração faça estimativas e adote premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, os ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, e os valores reportados de receitas e despesas durante o período de apresentação dos relatórios. As situações avaliadas com base nos dados e informações financeiras disponíveis abrangem principalmente a determinação da provisão para devedores duvidosos, valor justo de ativos e passivos e reduções ao valor recuperável (*impairments*). Embora a administração tenha baseado suas estimativas na avaliação mais cuidadosa possível das circunstâncias e atividades atuais, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.2 Instrumentos financeiros

##### 3.2.1 Geral

Para instrumentos não utilizados para operações de hedge, os ganhos e perdas realizados e não realizados com instrumentos financeiros derivativos são classificados pelo Banco como mantidos para negociação e reconhecidos em "Receita de juros".

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo de mercado.

Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Instituição para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como "day-one profits/losses") são reconhecidas no resultado do período somente quando a Instituição possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos.

A Instituição utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Instituição se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre.

Geralmente, juros sobre os ativos e passivos correspondentes não começam a ser reconhecidos até a data de liquidação da transação quando a titularidade sobre o instrumento financeiro é transferida.

##### 3.2.2 Ativos financeiros para negociação

Ativos financeiros para negociação são adquiridos para obter ganhos sobre flutuações de curto prazo nos preços ou margens dos traders, ou fazem parte de uma carteira que gera ganhos de curto prazo regularmente. Esses ativos são registrados pelo valor justo com base em preços cotados.

Quaisquer ganhos e perdas realizados e não realizados são incluídos na rubrica 'Ganho/(perdas) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado'. Os juros auferidos em ativos financeiros para negociação são reconhecidos como receita de juros.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.2 Instrumentos financeiros --Continuação

##### 3.2.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que se pretendem manter indefinidamente e que poderão ser vendidos para fins de liquidez ou como resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preços das ações são classificados como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros classificados como “disponíveis para venda” são inicialmente reconhecidos pelo custo da transação e imediatamente reavaliados pelo valor justo com base nos preços de mercado ou valores cotados extraídos dos modelos de fluxo de caixa. Os valores justos de títulos patrimoniais não negociados em bolsa são estimados com base nos índices preço/lucro apropriados, ajustados para refletir circunstâncias específicas dos respectivos emissores. Quaisquer ganhos e perdas não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio, a menos que se refiram a juros amortizados.

Caso esses ativos financeiros sejam vendidos ou sofram perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), ou seja, o valor justo for permanentemente ou significativamente menor do que seu custo, os ajustes no valor justo são reconhecidos no resultado.

O valor recuperável de ativos financeiros cotados é determinado com base no valor de mercado. Esses ativos cotados são considerados como tendo sofrido redução ao seu valor recuperável se houver indicações objetivas de que o valor de mercado diminuiu a tal ponto que nenhuma premissa razoável pode ser adotada e atingir o valor contábil em um futuro próximo.

Caso a redução ao valor recuperável de um ativo disponível para venda diminuir em um período subsequente e a diminuição puder ser atribuída objetivamente a um evento que ocorreu após a redução ao valor recuperável, a mesma é estornada por meio do resultado. Isso não se aplica aos investimentos em instrumentos acionários, onde um aumento no valor após a redução ao valor recuperável é contabilizado como uma reavaliação.

##### 3.2.4 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com prazos e fluxos de caixa fixos são classificados como mantidos até o vencimento, desde que a administração tenha a intenção de mantê-los pelos seus prazos totais e tenha condições de fazer isso. A administração determina a classificação apropriada dos seus investimentos nas suas datas de aquisição. Os ativos financeiros classificados na categoria “mantidos até o vencimento” são mensurados ao custo amortizado com base no custo a taxa efetiva de juros, líquido de provisões para perdas por redução ao valor recuperável.

Os juros auferidos em ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos como receita de juros.



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.2 Instrumentos financeiros --Continuação

##### 3.2.5 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos geralmente significam contratos cambiais, futuros de moeda e taxa de juros, contratos a termo, swaps monetários e de taxa de juros, e opções de moedas e juros (subscritos e adquiridos). Os instrumentos financeiros derivativos podem ser negociados em uma bolsa ou como instrumentos de balcão entre o Banco e um cliente.

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo. O valor justo é determinado utilizando-se preços cotados de mercado, preços oferecidos por *traders*, modelos de desconto de fluxos de caixa, e modelos de avaliação de opções com base nos preços de mercado atuais e preços contratados para os instrumentos subjacentes, bem como a mudança no valor do dinheiro no decorrer do tempo, curvas de rendimento e a volatilidade dos ativos e passivos subjacentes. Todos os instrumentos financeiros derivativos são incluídos no ativo caso seu valor justo for positivo e no passivo caso seu valor justo for negativo.

Instrumentos financeiros derivativos incorporados em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente caso seus riscos e características não estiverem fortemente relacionados àqueles do contrato de derivativos subjacente e esse contrato não for classificado pelo valor justo por meio do resultado.

##### 3.2.6 Operações compromissadas

Os ativos financeiros que são vendidos e estão sujeitos a acordos de venda e recompra estão incluídos nas demonstrações financeiras em “ativos financeiros disponíveis para venda”. O passivo para a contraparte é incluído em “depósitos de instituições financeiras” e “depósitos de clientes”, dependendo da aplicadora.

Ativos financeiros adquiridos sob acordos de revenda e recompra são reconhecidos dependendo do prazo e da aplicadora como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Valores a receber de instituições financeiras, ou;
- Obrigações por títulos e valores mobiliários.

A diferença entre o preço de venda e preço de recompra é reconhecida como receita de juros ou despesa de juros no decorrer do prazo do acordo, com base no método de juros efetivos.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.2 Instrumentos financeiros --Continuação**

##### **3.2.7 Empréstimos e recebíveis de clientes e valores a receber de instituições financeiras**

Empréstimos a clientes e valores a receber de instituições financeiras são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos, não cotados em um mercado ativo. Esses empréstimos e valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, incluindo custos da transação. Os empréstimos estão sujeitos a análises de redução ao valor recuperável individuais ou coletivas. Um ajuste de valor, uma provisão para perdas em empréstimos, é reconhecida se houver evidência objetiva de que o Banco não é capaz de receber os valores devidos com base nos termos originais do contrato.

O tamanho da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, que é o valor presente dos fluxos de caixa esperados, incluindo valores recuperáveis com base em avais, fianças e outras garantias, descontados pela taxa de juros efetiva original dos empréstimos.

A provisão para empréstimos inclui prejuízos se houver evidência objetiva de que as perdas são atribuíveis a algumas parcelas da carteira de empréstimos na data do balanço. Exemplos de evidência objetiva para ajustes de valor são:

- Problemas financeiros significativos por parte do tomador;
- Atraso no pagamento de juros e/ou do principal por parte do tomador;
- Renegociações de empréstimos;
- Possibilidade de falência ou reorganização financeira do tomador;
- Mudanças na situação de pagamento do tomador;
- Mudanças nas circunstâncias econômicas que poderão levar o tomador a não honrar seus compromissos financeiros.

As perdas são estimadas com base no padrão histórico de prejuízos para cada parcela separada, nos *ratings* de crédito dos tomadores e levando em conta as condições econômicas sob as quais os tomadores realizam suas atividades.

O valor contábil dos empréstimos é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o prejuízo é lançado na conta de resultado. Caso o empréstimo não for passível de recebimento, ele é baixado da provisão relacionada de perdas em empréstimos. Quaisquer valores recebidos subsequente são incluídos sob o item "perdas com provisões de crédito" na conta de resultado.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.2 Instrumentos financeiros --Continuação**

##### **3.2.8 Depósitos de instituições financeiras, depósitos de clientes e obrigações por títulos e valores mobiliários**

Essas obrigações por empréstimos são inicialmente reconhecidas pelo custo, ou seja, os valores recebidos menos os custos de transação diretamente atribuíveis e não recorrentes. Os empréstimos são incluídos subsequente ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos e o valor de resgate é reconhecida no decorrer do prazo do empréstimo, utilizando o método de juros efetivos.

#### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **3.4 Moedas estrangeiras**

##### **3.4.1 Moeda funcional**

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades controladas pelo Banco.

##### **3.4.2 Transações em moedas estrangeiras**

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Diferenças de conversão surgidas na liquidação de tais transações ou na conversão de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado.

Diferenças de conversão em títulos de dívida e outros ativos financeiros monetários registrados pelo valor justo são incluídas em ganhos e perdas cambiais.

Diferenças na conversão de itens não monetários tais como instrumentos acionários para negociação são reconhecidas como parte dos ganhos e perdas ao valor justo.



## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.5 Receitas e despesas de juros**

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos remunerados são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, com a aplicação do método dos juros efetivos. A receita de juros inclui cupons relacionados a ativos financeiros com juros fixos e ativos financeiros para negociação, bem como prêmios e descontos acumulados nos títulos do tesouro e outros instrumentos altamente líquidos.

Se quaisquer empréstimos sofrerem perdas por redução ao valor recuperável, eles são baixados para os seus valores recuperáveis e a receita de juros reconhecida a partir de então é baseada na taxa de desconto para se calcular o valor presente dos fluxos de caixa futuros utilizados para determinar os valores recuperáveis.

#### **3.6 Tarifas, taxas e comissões**

A receita das atividades de administração de ativos consiste principalmente de taxa de administração de fundos e clubes de investimentos.

A receita de administração de ativos e corretagem de seguros é reconhecida conforme auferida uma vez que os serviços tenham sido prestados. Taxas, comissões e receita de outros serviços prestados são geralmente reconhecidas pelo regime da competência.

#### **3.7 Ativo intangível**

##### **3.7.1 Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis do Banco incluem o valor de software de computadores.

Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuro esperados que seja a eles atribuído serão transferidos para o Banco.

Os gastos que melhoram o desempenho do software em relação às suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Depois do reconhecimento inicial, ativos intangíveis são contabilizados ao custo menos qualquer amortização acumulada e qualquer perda com redução ao valor recuperável.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.8 Imobilizado**

Os equipamentos para uso próprio são reconhecidos pelo custo histórico, líquido da depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para uso próprio representam principalmente escritórios e também são reconhecidas ao custo menos a depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

A depreciação pelo método linear é aplicada a esses ativos de acordo com o esquema abaixo.

Cada ativo é depreciado até o seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada:

- Terrenos: não são depreciados
- Edifícios: 55 anos
- Equipamentos de computação e veículos: 5 anos
- Outros equipamentos: 10 anos

Anualmente, o Banco avalia se há indicadores de redução ao valor recuperável do imobilizado.

Se o valor contábil de um ativo supera o seu valor recuperável estimado, o valor contábil é reduzido imediatamente para o valor recuperável.

Os ganhos e perdas na alienação dos itens do imobilizado são determinados na razão direta dos seus valores contábeis e levados em conta na determinação do resultado operacional. Os reparos e trabalho de manutenção são debitados do resultado no momento que os custos relevantes são incorridos. Os gastos para estender ou aumentar os benefícios de terrenos e edificações em comparação com seus benefícios originais são capitalizados e depreciados subsequente.

#### **3.9 Propriedades para investimento**

Propriedades para investimento, principalmente edifícios comerciais, são mantidas para receita de locação de longo prazo e não são utilizadas pelo Banco ou suas controladas. As propriedades para investimento são reconhecidas como investimentos de longo prazo e incluídas no balanço pelo custo, líquido da depreciação acumulada e redução ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para investimento são depreciadas de acordo com os termos dos contratos de arrendamento subjacentes.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas se o Banco possuir uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, se for provável que um desembolso de recursos que possui benefícios econômicos será necessário para liquidar a obrigação, e se uma estimativa confiável puder ser feita do valor da obrigação.

Se o Banco espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, sob um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente se for praticamente certo. As provisões são lançadas pelo custo descontado dos fluxos de caixa futuros esperados.

#### **3.11 Benefícios a pessoal**

Um plano de contribuição definida é aquele no qual o Banco paga contribuições fixas para uma entidade separada (um fundo de pensão) e não adquire nenhuma obrigação legal ou implícita.

Com base nos planos de contribuição definida, o Banco paga contribuições para planos de pensão segurados gerenciados por entidades públicas ou privadas em uma base compulsória, contratual ou voluntária. Uma vez que as contribuições tenham sido feitas, o Banco não tem obrigações posteriores de pagamento. As contribuições regulares são o total do custo para o exercício no qual elas são devidas e estão incluídas nessa base no item "despesas de pessoal".

#### **3.12 Impostos**

Os impostos a receber e a pagar e os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso estejam relacionados ao mesmo grupo tributário e à mesma autoridade tributária. Eles também são compensados se houver um direito garantido por lei para a compensação dos itens fiscais e o tratamento simultâneo, ou a liquidação for esperado.

Provisões são integralmente constituídas para passivos fiscais diferidos, utilizando o método do passivo, decorrentes de diferenças temporárias no balanço entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de relatórios financeiros.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos à medida que for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as diferenças temporárias podem ser utilizadas.

Os impostos sobre o lucro são calculados de acordo com a legislação tributária no Brasil e reconhecidos no período no qual o lucro é realizado.

Os efeitos fiscais da compensação de perdas tributárias não utilizadas são reconhecidos como um ativo se for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as perdas podem ser utilizadas.

Ativos ou passivos fiscais diferidos são incluídos para a reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda que são debitados ou transferidos para o patrimônio e reconhecidos na realização, juntamente com o respectivo ganho ou perda.



## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.13 Garantias financeiras**

As garantias financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo e subsequente pelo maior valor entre:

- O valor que o Banco teria de pagar razoavelmente na data do balanço para liquidar a obrigação ou transferi-la para um terceiro; ou
- O valor contábil inicial menos a amortização.

#### **3.14 Demonstração dos fluxos de caixa**

As disponibilidades abrangem recursos em caixa, depósitos no mercado monetário e depósitos em bancos centrais. A demonstração de fluxo de caixa é preparada de acordo com o método de cálculo indireto e fornece detalhes da origem das disponibilidades que se tornaram acessíveis durante o exercício e sua aplicação durante o ano.

O lucro operacional antes de impostos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é ajustado para os itens no resultado e movimentações nos itens do balanço que efetivamente não geram fluxos de caixa durante o ano.

Os fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e financiamento são apresentados separadamente. Movimentos nos empréstimos e recebíveis e depósitos interfinanceiros são contabilizados nos fluxos de caixa de atividades operacionais. As atividades de investimento referem-se a aquisições e alienações e repagamentos de investimentos financeiros, bem como a aquisição e alienação de controladas e imobilizado.

Os valores da emissão e pagamentos de empréstimos subordinados se qualificam como atividades de financiamentos.

#### **3.15 Lucro por ação**

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo Banco.

Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais classe A terem direito sobre o recebimento de dividendos com base no lucro do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito), conforme previsto no acordo de acionistas do Banco. Estes dividendos são calculados com base em um coeficiente (QPL) aplicado sobre o resultado do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito) gerando, desta forma, uma desproporcionalidade na distribuição dos dividendos em relação à participação percentual sobre o capital do Banco.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.16 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB em 2013 e que ainda não estão em vigor.

Até 31 de dezembro de 2013, diversas normas e interpretações, e respectivas alterações, foram emitidas pelo IASB, que não estão vigentes para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2013. Aquelas que estão em análise e poderão ter efeito nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco são discutidas abaixo:

IAS 32 – “Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros” – Revisões da IAS 32 estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos.

Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Banco, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração” - A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - “Entidades para Investimentos” – As revisões fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidade de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado.

Com base nas análises preliminares realizadas, não há expectativa de que a IFRS 10 tenha impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pelo Banco. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2014.

IFRIC 21 – “Tributos” - O IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. O Banco não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

IAS 39 – “Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge” – Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **4. Conciliação entre IFRS e BRGAAP**

#### **4.1 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS**

Os principais ajustes que impactaram o resultado e o patrimônio líquido do Banco são:

##### **4.1.1 Conversão de moeda estrangeira**

Para BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade por meio da utilização da cotação "PTAX800" (média praticada no dia), conforme determinam as regras do BACEN. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra para ativos e venda para passivos.

A diferença na taxa de conversão de operações em moeda estrangeira gerou ajuste de critérios contábeis.

##### **4.1.2 Provisão para devedores duvidosos/Ajuste ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis**

A provisão para devedores duvidosos, segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN é constituída com base nos requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682/99 que abrangem análise da carteira quanto aos riscos de perda, estratificação por faixas de vencimento e consideração a determinados parâmetros regulamentares.

A provisão para ajuste a valor de recuperação de ativos financeiros, segundo as normas internacionais é apurada tomando por base análise individual e coletiva das operações que compõem o portfólio de ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito e contemplam análise do histórico de perdas e informações conhecidas por ocasião das análises.

##### **4.1.3 Ativos permanentes**

A depreciação pelas práticas contábeis em BRGAAP foi influenciada por exigências fiscais, porém, de acordo com o IFRS elas devem refletir a vida útil dos ativos. O Banco e suas controladas utilizam para determinação da vida útil de seus prédios 25 anos, mas o laudo solicitado pelo Banco apurou a nova vida útil dos prédios de sua propriedade passando para 55 anos o que ocasionou uma reversão de depreciação.



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 4. Conciliação entre IFRS e BRGAAP—Continuação

#### 4.1 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS—Continuação

##### 4.1.4 Propriedade para investimento

A Administradora de Bens Sicredi, empresa controlada do Banco é destinada a administração de bens. A maior parte dos ativos imobilizados do Banco e suas controladas se encontra alocados nessa empresa, a qual faz a locação de instalações e edifícios para as empresas do consolidado, mas também loca para terceiros beneficiando-se do aluguel para geração de receitas. O Banco e controladas não dá tratamento específico de propriedade para investimento a nenhum dos ativos mantidos pelo grupo.

Os imóveis são reconhecidos ao custo e depreciados normalmente e as receitas de aluguel são reconhecidos de acordo com a regime de competência.

Segundo determina o IFRS - Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, diante disso o Banco efetuou a reclassificação das áreas locadas para terceiros passando assim a ser reconhecida como Propriedade para investimento.

##### 4.1.5 Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias ou dedutíveis. Sendo assim o Banco efetuou os cálculos dos impostos diferidos sobre os ajustes de adoção.

##### 4.1.6 Taxa efetiva de juros captação de poupança

O IFRS exige que, para todos os instrumentos financeiros (ativos e passivos) que paguem juros que não são classificados como “valor justo contra resultado”, os juros sejam reconhecidos de acordo com a taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta todos os fluxos de caixa esperados ao longo da vida esperada do instrumento ao valor contábil do instrumento no primeiro dia.

A vida esperada de um instrumento financeiro não é necessariamente igual à vida contratual - por exemplo, algumas operações têm um alto nível de pré-pagamento, renegociação ou resgate antes da data de vencimento. A vida esperada utilizada no cálculo da taxa efetiva de juros baseia-se nas provisões da entidade. A vida contratual deve ser utilizada apenas se a vida esperada não possa ser estimada de uma maneira confiável. Mudanças nas expectativas da entidade deveriam ser contabilizadas no resultado quando ocorrerem.

*O Banco avaliou suas operações de captação de poupança e identificou um ajuste imaterial, que foi reconhecido no resultado conforme determina o IFRS.*

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 4. Conciliação entre IFRS e BRGAAP—Continuação

#### 4.1 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS--Continuação

##### 4.1.7 Classificação dos instrumentos híbridos de capital e dívida e dívida subordinada

Instrumentos financeiros emitidos são classificados com base em suas obrigações contratuais, e não em sua forma legal. Uma captação é classificada como Patrimônio Líquido se não possuir obrigação contratual de pagar juros, principal ou dividendo, por meio de entrega de caixa ou outros ativos financeiros ao detentor ou de troca de ativos e passivos financeiros com o detentor sob condições que são potencialmente desfavoráveis ao emissor.

As captações efetuadas pelo Banco através de Recibo de Depósito Bancário - RDB com a finalidade de "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", realizadas juntos às Cooperativas Centrais de Crédito controladoras não possuem prazo de vencimento e podem ser usados para absorção de prejuízos. Diante deste fato o Banco efetuou a reclassificação deste instrumento entendendo que o mesmo tem característica de capital.

### 5. Capital Regulatório

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	2013	2012
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	<u>799.406</u>	<u>477.941</u>
Capital acionário	744.375	433.052
Reservas	55.031	44.889
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:	<u>124.499</u>	<u>124.525</u>
Instrumentos híbridos de capital e dívida	134.439	124.419
Ajuste a valor de mercado	(159)	106
Dívida Subordinada	(9.781)	-
Total do capital qualificado	<u>923.905</u>	<u>602.466</u>
Ativos ponderados pelo Risco	<u>703.620</u>	<u>560.089</u>
Índices	14,44%	11,83%

# **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

## **6. Gerenciamento de Riscos**

### **6.1 Risco de crédito**

O risco de crédito pode ser entendido como a possibilidade de o credor incorrer em perdas, em razão das obrigações assumidas pelo tomador não serem liquidadas nas condições pactuadas. Contudo, dada à característica das atividades das instituições financeiras, todas as operações de crédito estão de alguma forma expostas ao risco, cabendo ao Sistema a realização de uma eficiente gestão com intuito de mitigar estes riscos, adequando as exposições aos níveis aceitáveis pela administração.

Para realização desta gestão devem ser controlados os seguintes fatores:

- Tamanho da exposição;
- Prazo da exposição;
- Probabilidade de inadimplência;
- Concentração em relação a um dado fator ou segmento (região geográfica, canal de distribuição ou origem, clientes individuais ou grupos econômicos, porte financeiro dos clientes individuais ou grupos econômicos, setor econômico, tipo de instrumento, tipo de garantia, moeda, país, etc.); e
- Diversificação do portfólio.

Este controle deve ser realizado através do estabelecimento de uma política clara e eficiente, alinhada com a cultura de crédito do Sistema, da definição de uma adequada estrutura de gerenciamento de risco de crédito, da mensuração adequada das perdas esperadas e não esperadas e do gerenciamento dos indicadores de exposição ao risco de crédito e de rentabilidade.



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.1.1 Cultura de crédito

O Sicredi tem como cultura de crédito a responsabilidade de preservar os recursos que a ele são confiados. A adequada gestão destes recursos deve propiciar as condições para o atendimento das demandas de seus clientes e associados das cooperativas.

A cultura de crédito do Sistema é baseada nos seguintes preceitos básicos:

- Concessão do crédito com base na capacidade de pagamento dos tomadores, não sendo realizadas operações exclusivamente baseadas na garantia ou na possibilidade de cobrança de altos spreads;
- Concessão do crédito benéfica ao tomador, permitindo a esse realizar investimentos e melhorias ou satisfazer necessidades momentâneas;
- Observação irrestrita das normas internas e as emanadas pelas autoridades reguladoras;
- Observação incondicional da Política de Crédito;
- Ações de acompanhamento e controle independentes e eficazes;
- Crescimento sustentável das carteiras; e
- Utilização adequada dos sistemas de informações.

#### 6.1.2. Estrutura de gestão de risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi estão em conformidade com o referido normativo. No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

A Área centralizada, sob a responsabilidade da Superintendência de Crédito e Risco de Crédito do Banco e subordinada à Diretoria Executiva de Crédito da mesma instituição, responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das entidades que compõem o Sistema. Essa unidade tem como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as entidades do Sistema.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.1.3 Política de crédito

A Política de Crédito e seus Regulamentos são primordiais para nortear e embasar os procedimentos e operacionalidade de todo ciclo do crédito da organização. Este ciclo consiste num conjunto de atividades sequenciais, as quais se iniciam com as associações, passando pela concessão de um limite ou operação de crédito e depois pelo seu monitoramento e recebimento e, finalmente, pela cobrança extrajudicial ou judicial, que encerram e, ao mesmo tempo, reiniciam todo o processo.

Elaboração do Produto: esta etapa consiste em planejar adequadamente fatores como: público-alvo, formas de pagamento, fluxo de aprovação, prazos, taxas, garantias e retorno esperado para evitar o insucesso de um produto.

Iniciação ao Crédito: esta etapa refere-se ao processo de concessão do crédito, em que são definidas as políticas e estratégias, modelos de decisão, fluxo e critérios da análise de crédito, sistemas de captura e aplicação da política, ficha cadastral, política de exceção, entre outros.

Manutenção do Crédito: esta etapa consiste em atualizar e administrar corretamente as necessidades e informações do cliente, bem como acompanhar e gerir os limites. As principais funções são administração dos limites, autorizações de utilizações, oferta de novos produtos, prevenção à cobrança, entre outros.

Cobrança: etapa em que é realizado o processo de recuperação do crédito e recuperação do cliente, quando possível.

Perdas de Crédito: reconhecimento das perdas. No Brasil, a baixa a prejuízo é regulada pela Resolução 2.682/99 e deve ocorrer após uma operação permanecer classificada em *rating* H durante seis meses e inadimplente durante 180 (cento e oitenta) dias.

Gerenciamento de Risco: as informações referentes aos resultados verificados durante todo o ciclo de crédito são utilizadas nesta etapa para gerenciar os riscos e traçar novas estratégias.

Dentre os principais componentes de uma política podemos citar:

- As normas legais;
- A definição estratégica da instituição;
- Os objetivos a serem alcançados;
- A forma de decisão e de delegação de poder;
- Os limites de crédito;
- A análise de crédito;
- A composição e a formalização dos processos; e
- A administração e o controle de crédito.

A constituição destes fatores/padrões tem como objetivo principal equilibrar o resultado da entidade, através de uma excelente qualidade da carteira de crédito, de um eficiente gerenciamento do risco orientando as atividades de crédito e delimitando os níveis de tolerância. Além de atuar tática e estrategicamente com as metas e planos da entidade.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.1.4 Delimitações do crédito

No Sicredi, o processo de concessão e liberação do crédito está delimitado pelos níveis máximos de concentração e pelos critérios de elegibilidade dos clientes, classificados em:

- Sinais de Alerta: As ocorrências de alerta referem-se a situações que indicam uma probabilidade maior de risco e, portanto devem ser avaliadas de forma mais criteriosa;
- Crítérios Restritivos: Os critérios restritivos referem-se a situações consideradas de maior risco que restringem o processo de concessão e liberação do crédito;
- Crítérios de Impedimento: Os critérios impeditivos referem-se a situações de risco elevado e, portanto, não aceitas pelo Banco. A situação de impedimento atribui-se às condições do cliente no momento da concessão e liberação do crédito;
- Vedados: Referem-se a situações que possam trazer exposições a riscos em níveis inadmissíveis ao perfil da entidade que por princípio, perdem permanentemente a exigibilidade a crédito.

A deliberação de crédito dá-se através de:

Alçada Individual – atribuída a um indivíduo em decorrência do cargo que ocupa na instituição.

Comitês de Crédito – alçada atribuída a um colegiado composto por indivíduos capazes de tomar decisão aderente a estratégia da instituição e que ocupam determinados cargos diretamente relacionados com o ciclo de crédito.

#### 6.1.5 Recuperação de crédito

No Sicredi, todas as ações de recuperação de crédito visam estabelecer um processo de recuperação eficiente, de acordo com as características da entidade e com a melhor relação de custo vs. benefício. A recuperação de crédito no Sistema é realizada pela Gerência de Recuperação de Crédito e por Assessorias de Cobrança.

#### 6.1.6 Operações com o mercado financeiro

A política de risco de crédito estabelece que as aplicações realizadas pelo Sistema no mercado financeiro precedem de análise de crédito das contrapartes e aprovação de limites pelo Comitê de Crédito.

Os estudos técnicos realizados pela Gerência de Análise de Crédito baseiam-se em demonstrativos trimestrais auditados, ranking e rating das instituições, dados de concentração de devedores e depositantes, qualidade e perfil da carteira de crédito, carteira de tesouraria, coobrigações existentes e, em casos de bancos com capital de origem estrangeiros, informações econômico-financeiras do controlador.



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.1.7 Redução ao valor recuperável – Impairment

Para fins de evidência de *Impairment*, o Banco segmenta as operações de sua carteira de crédito em:

- Provisão específica: As operações desta segmentação são realizadas com instituições filiadas ao Sicredi ou com coobrigação destas.

Com base em nossa experiência histórica, a inadimplência destas operações é nula. Nesses casos, o Banco opta por não estimar perdas;

- Provisão coletiva: Nesta segmentação a inadimplência estimada é avaliada segundo critérios estatísticos baseados no histórico de inadimplência das operações;
- Provisão geral (IBNR): Para esta segmentação o Banco avalia a probabilidade de inadimplência por meio de uma ferramenta estatística que tem por objetivo reconhecer as perdas ocorridas, mas não reconhecidas.

#### 6.2 Risco de liquidez

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento.

Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### **6. Gerenciamento de Riscos--Continuação**

#### **6.2 Risco de liquidez--Continuação**

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema Cooperativo Sicredi está centralizado no Banco sob unidade específica responsável pelo monitoramento do risco de liquidez do Sistema. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez;
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;
- Plano de Contingência de Liquidez

Adicionalmente, para as cooperativas singulares, calcula-se um nível mínimo de liquidez como o percentual a ser aplicado sobre os depósitos totais diários, tais recursos devem mantidos na centralização financeira sob a administração do Banco. O nível mínimo de liquidez é composto pela soma de quatro parcelas que abrangem as principais fontes de risco potenciais, conforme segue:

- Volatilidade dos depósitos
- Concentração de recursos
- Crédito pré-aprovado
- Coobrigações e repasses

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Conheça a estrutura do Sicredi \ Banco Cooperativo Sicredi \ Risco de Liquidez".

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### **6. Gerenciamento de Riscos--Continuação**

#### **6.3 Risco de mercado**

A política de risco de mercado do Sicredi destaca os elementos essenciais que dão sustentação à estrutura de gerenciamento de risco de mercado implementada, traçando as diretrizes seguidas no gerenciamento de risco de mercado do Sistema.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado foi implantada na Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco, subordinada à Diretoria de Economia e Riscos, e tem como abrangência de atuação todo o Sistema.

As principais diretrizes traçadas para a gestão do risco de mercado no Sistema consistem em:

- Estabelecer práticas alinhadas e comuns a todas as entidades;
- Gerenciar e controlar as exposições assumidas, de forma a garantir a adoção de uma visão sistêmica no controle de riscos;
- Estabelecer princípios de governança e divulgação de informações de risco de mercado para o conjunto de entidades; e
- Garantir a revisão e aperfeiçoamentos permanentes das metodologias e práticas de gestão de risco de mercado;

Essas diretrizes estão em conformidade com os normativos em vigor e as melhores práticas de gerenciamento do risco de mercado, sendo compatíveis com o perfil de risco de mercado do Sicredi. A definição de risco de mercado, os tipos de risco gerenciados e as metodologias adotadas na sua gestão serão apresentados a seguir:



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.3 Risco de mercado--Continuação

##### 6.3.1 Definição, tipos e categorias de riscos avaliados

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O gerenciamento adotado abrange os seguintes tipos de riscos de mercado:

- Risco de Taxas de Juros: risco de perda no valor econômico de uma carteira decorrente dos efeitos de mudanças adversas das taxas de juros. As categorias de risco de taxas de juros gerenciadas incluem exposições a taxas de juros pré-fixadas, a cupons de moedas estrangeiras, a cupons de preços, e a cupons de taxas de juros pré-fixadas;
- Risco de Derivativos: risco de perdas devido ao uso de derivativos, para especulação ou para proteção de posições (hedge). As categorias de risco de derivativos avaliados incluem, entre outros, contratos de “swaps”, contratos futuros (Juros, Câmbio e Cupom Cambial), operações a termo e estruturadas e Opções;
- Risco de “Hedge”: risco de perdas devido ao uso inapropriado de instrumentos para proteção (hedge), estando incluídas todas as operações estruturadas com intenção de proteger as carteiras;
- Risco de Ações: risco de perdas devido a mudanças no valor de mercado das carteiras de ações. As categorias avaliadas incluem todos os ativos de renda variável, com destaque para ações e direitos de subscrição;
- Risco de Taxas de Câmbio: risco de perdas devido a mudanças adversas nas taxas de câmbio. As categorias de operações com moeda estrangeira incluem, entre outras: Dólar dos Estados Unidos da América, Euro, Franco Suíço, Iene e Libra Esterlina; e
- Risco de “Commodities”: risco de perdas devido a mudanças no valor de mercado de carteiras de “commodities”.

As categorias supracitadas ilustram a possibilidade de perdas decorrentes da incerteza quanto aos valores futuros dos ativos negociados e/ou dos valores de variáveis correlacionadas que lhe sirvam como instrumento (lastro). A gestão de riscos de mercado consiste em um processo pelo qual a instituição administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros utilizados, através de uma gama de metodologias de mensuração, conforme destacado a seguir.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.3 Risco de mercado--Continuação

##### 6.3.2 Método de gerenciamento de risco de mercado adotado

A quantificação ou mensuração do risco de mercado no Sistema baseia-se na decomposição das operações nos seus respectivos fatores e, a partir desta, da realização das seguintes análises, entre outras:

- Análise de GAPS: descasamento de operações – ativos e passivos – avaliado de acordo com uma estrutura futura de taxa de juros ou cupom;
- Valor em Risco – VaR: medida estatística que projeta a perda máxima do valor de um ativo ou de uma carteira em condições normais de mercado;
- Análise de Sensibilidade: medida de variação no valor da carteira em função de alterações na estrutura de juros; e
- Testes de Estresse: medidas para determinação dos efeitos de condições extremas de mercado sobre o valor da carteira.

As metodologias aplicadas têm como objetivo quantificar os riscos assumidos, de forma a gerenciar as exposições, de acordo com as suas características, mantendo-as compatíveis com o apetite a risco da instituição, conforme as características dos negócios e das carteiras operadas. Um elemento essencial na aplicação dessas metodologias consiste na segregação das carteiras em negociação (*trading*) e não negociação (*banking*). De acordo com a carteira, métodos diferentes poderão ser aplicados, seja de forma gerencial, seja para alocação de capital para riscos.

##### 6.3.3 Processo de gerenciamento de risco de mercado

O Sicredi adota uma série de práticas visando gerenciar o risco de mercado das operações, produtos e negócios realizados, bem como garantir a alocação de capital econômico compatível com os níveis de exposições. Essas práticas variam conforme a natureza e a magnitude das exposições a risco de mercado incorridas, bem como das características das instituições pertencentes ao Sistema.

Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco de mercado para todas as carteiras geridas, nas quais são aplicados os recursos financeiros das instituições do Sistema;
- Identificação, apuração, monitoramento e controle dos requerimentos de capital para risco de mercado da carteira de negociação (*trading*) e das demais exposições expostas a exigibilidades; e
- Realização de testes sistemáticos sobre as exposições assumidas nas carteiras, especialmente as classificadas na categoria de não negociação (*banking*), com vistas a apurar os potenciais impactos de choques adversos sobre o capital.

Esses processos, gerenciais e legais, são conduzidos pela Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco, com base nas premissas apresentadas a seguir.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.3 Risco de mercado--Continuação

##### 6.3.4 Periodicidade das análises

- Análises Diárias: cálculos de risco de mercado para as carteiras, especialmente as de negociação (trading);
- Análises Mensais: cálculos de risco de mercado relativos às carteiras de não negociação (banking); e
- Demais Análises: análises adicionais realizadas sempre que necessário, seja em função de novas exposições, seja em função de alterações nos cenários de mercado que possam impactar nas exposições incorridas.

##### 6.3.5 Monitoramento, comunicação e reporte

Os riscos apurados são avaliados e reportados aos responsáveis pelo risco de mercado das entidades do Sistema, respeitando a periodicidade em que são medidos. A Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco monitora as exposições individuais e sistêmicas, as exceções aos limites estabelecidos e as situações atípicas de mercado que possam resultar em perdas significativas para as carteiras. Essas exposições são reportadas em Comitês Técnicos e Decisórios, bem como informadas aos gestores responsáveis, com vistas à sua adequação. Após a comunicação de eventuais desenquadramentos, as exposições excessivas devem ser ajustadas no prazo de até 24 horas.

##### 6.3.6 Controle de limites de exposição financeira

As políticas de investimento internas do sistema e as análises e simulações realizadas pela Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado no processo de monitoramento de riscos servem de fundamento para a definição dos limites e recomendações a serem respeitados pelo Sicredi. Essa definição tem como objetivo estabelecer o potencial de consumo do capital das operações da carteira de negociação presentes e futuras, garantindo a manutenção de um volume suficiente de recursos para fazer frente aos riscos mensurados.

A partir destas análises, das exposições observadas, da estrutura de produtos e serviços e do apetite ao risco da instituição, a Gerência de Análise Econômica propõe para apreciação do Comitê Técnico de Riscos:

- O limite máximo de perdas da carteira de negociação, controlados através do VaR diário.

Com a apreciação do Comitê Técnico de Riscos, o estabelecimento do limite em VaR deve se aprovado pela Diretoria Executiva do Banco e revisto no mínimo anualmente. Além do limite em VaR, a Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado pode propor para apreciação, caso entenda necessário, outras formas de controle através da:

- Atribuição de volumes máximos de exposição em um determinado ativo ou fator de risco.



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.3 Risco de mercado--Continuação

##### 6.3.7 Classificação de carteiras

A carteira de negociação é composta por posições em instrumentos financeiros e ativos mantidos com a finalidade de negociação ou cobertura (hedge) de outros instrumentos da carteira de negociação.

Para serem incorporados a esta carteira, os instrumentos financeiros devem estar livres de qualquer restrição de negociabilidade, podendo ser totalmente cobertos.

Os seguintes requisitos devem ser satisfeitos para receberem o referido tratamento:

- Manter estratégias de negociação de posições/instrumentos claramente documentadas e aprovadas pela alta direção (incluindo o horizonte esperado de manutenção das posições); e
- Manter políticas e procedimentos claramente definidos para a gestão ativa da posição, para assegurar-se que:
  - a) As posições são geridas por uma equipe de negociação;
  - b) Existam limites estabelecidos para as posições e garantias de que os mesmos sejam supervisionados para comprovar sua adequação;
  - c) Que o pessoal encarregado pela negociação conte com autonomia para tomar e gerir as posições dentro dos limites aprovados e em conformidade com a estratégia definida;
  - d) Que as posições sejam avaliadas a preços de mercado pelo menos diariamente e, no caso de seguirem um modelo, que os parâmetros sejam avaliados com periodicidade diária;
  - e) Que a alta direção seja informada das posições mantidas como parte integral do processo de gestão de riscos da Instituição;
  - f) Que se desenvolva um seguimento ativo das posições com referência às fontes de informações de mercado (devendo realizar-se uma avaliação ativa da liquidez de mercado e da capacidade de cobrir as posições e perfis de risco da carteira); e
  - g) Manter política e procedimentos claramente definidos para a condução das posições com respeito à estratégia de negociação do banco, incluindo a condução do volume das operações e de posições vencidas na carteira de negociação do Banco.



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.3 Risco de mercado--Continuação

##### 6.3.7 Classificação de carteiras

Os sistemas utilizados deverão estar aptos para a classificação de operações com base nos critérios técnicos previamente estabelecidos na especificação dos mesmos.

As operações não classificadas como negociação (*trading*) são consideradas, consequentemente, como de não-negociação (*banking*).

##### 6.3.8 Backtesting

O *backtesting* é um elemento chave para a validação do modelo interno de risco de mercado adotado pela instituição e já é um requerimento das autoridades reguladoras. Como o *VaR* tenta prever a perda de 1 dia caso as posições permaneçam inalteradas, é essencial calcular os ganhos/perdas incorridos usando a mesma hipótese. A análise de *backtesting* compara a série temporal de valores de *VaR* estimadas com o valor de perda observado. A comparação da frequência de perdas que excedem o *VaR* com o nível de confiança estatístico adotado dá uma indicação da eficiência do modelo de *VaR*, e da necessidade de sua reavaliação. Essa comparação deve abranger períodos longos de avaliação, com uma amostra suficiente de informações.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Conheça a estrutura do Sicredi \ Banco Cooperativo Sicredi \ Risco de Mercado".

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.4 Risco operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional no Sicredi está implementada de forma centralizada na Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional do Banco, subordinada diretamente à Presidência Executiva.

Essa estrutura é responsável pela administração da Política de Risco Operacional e pela coordenação e execução, no que lhe compete, dos processos relativos à disciplina para todo o sistema de forma padronizada, em conformidade com a Resolução nº 3.380/06 e demais normativos relacionados.

O processo de gerenciamento do risco operacional foi desenhado para capacitar a identificação, avaliação, mitigação e monitoramento dos riscos associados a cada instituição individualmente, ao conglomerado, bem como a identificação e acompanhamento dos riscos associados às demais empresas não financeiras.

Trata-se de um ciclo integrado compreendido por um conjunto de etapas que visam manter a exposição ao risco operacional em níveis toleráveis, avaliados constantemente pela alta administração. O ciclo de gerenciamento do risco operacional contempla as fases de:

- Identificação de riscos operacionais. Nessa fase, são analisados os processos de negócio e apoio, e diagnosticadas as principais exposições a falhas ou incorreções no que concerne ao risco operacional.

Também são coletados elementos de diagnóstico em outras fontes de informação, como relatórios de inconformidades, reportes de incidentes ou de auditorias internas e externas.

- Identificação de controles. O principal objetivo dessa fase é o levantamento de controles mitigatórios – implementados ou não na Organização. Nessa fase, são analisadas as exigências regulamentares, normativos internos, e outras fontes de consulta relacionadas ao processo, que forneçam informações úteis e necessárias para a construção dos controles.
- Avaliação de controles. Após identificação dos riscos e respectivos controles mitigatórios, são obtidos in loco, o entendimento dos controles em prática pela Entidade. Nessa fase, são efetuados testes de desenho para confirmar o entendimento e para obter conforto sobre a efetividade do controle.
- Mitigação do risco operacional. De posse do resultado da avaliação dos controles, são elaborados em conjunto com as áreas envolvidas no processo, planos de ações para aqueles controles avaliados como não efetivos.
- Monitoramento do risco operacional. A execução dos planos de ação para tratamento de riscos é acompanhada periodicamente pelas áreas de controles internos ao qual a matriz de riscos está submetida, conforme a definição de papéis e responsabilidades instituída pela Política de Risco Operacional.

Todo o ciclo de gerenciamento do risco operacional é suportado por ferramenta sistêmica que integra as informações e possibilita o monitoramento centralizado do risco em todas as entidades do Sistema, financeiras e não financeiras.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.5 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

		2013	
	Nota	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>			
Valores a receber de instituições financeiras	6.5.1	7.957.329	8.000.408
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.5.2	11.104.060	11.104.060
<b>Total do ativo</b>		<b>19.061.389</b>	<b>19.104.468</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos de instituições financeiras	6.5.4	11.365.603	11.365.603
Depósitos de clientes	6.5.4	3.867.099	3.867.099
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.5.3	7.298.686	7.342.400
<b>Total do passivo (instrumentos financeiros)</b>		<b>22.531.388</b>	<b>22.575.102</b>

  

		2012	
	Nota	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>			
Valores a receber de instituições financeiras	6.5.1	6.292.703	6.340.464
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.5.2	8.959.354	8.959.354
<b>Total do ativo</b>		<b>15.252.057</b>	<b>15.299.818</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos de instituições financeiras	6.5.4	9.856.317	9.856.317
Depósitos de clientes	6.5.4	2.968.296	2.968.296
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.5.3	5.748.191	5.797.110
<b>Total do passivo (instrumentos financeiros)</b>		<b>18.572.804</b>	<b>18.621.723</b>

O valor justo é o valor no qual um ativo poderia ser negociado ou um passivo liquidado entre duas partes informadas e dispostas em uma transação isenta de interesses.

6.5.1 Valores a receber de instituições financeiras: O valor justo dos valores a receber de instituições financeiras é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado.

6.5.2 Ativos financeiros disponíveis para venda: O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado ou, quando aplicáveis, modelos de precificação de opções.

6.5.3 Obrigações por títulos e valores mobiliários: O valor justo desses instrumentos é calculado utilizando-se um modelo de fluxo de caixa descontado, com base em uma curva de rendimento atual apropriada para o prazo de vencimento.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.5 Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

##### 6.5.4 Ativos financeiros para negociação e demais instrumentos financeiros ativos e passivos:

Assume-se que o valor justo dos demais instrumentos financeiros ativos e passivos é praticamente igual ao seu valor contábil.

O teste de sensibilidade tem como objetivo medir a volatilidade dos preços de um título em função de oscilações nas taxas de juros, complementando o gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

A tabela abaixo apresenta, para cada fator de risco com exposição relevante, a variação percentual da taxa de juros necessária para gerar uma redução do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência (PR).

Fator de Risco	Exposição		5% PR		10% PR		20% PR	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Pré	3.027.085	5.011.433	3,84%	4,20%	7,97%	8,80%	17,21%	19,40%
TR	4.837.164	3.936.818	7,90%	6,00%	18,46%	13,20%	52,39%	32,70%

A tabela a seguir resume os métodos de avaliação utilizados para determinar o valor justo de ativos e passivos financeiros. Em função do prazo relativamente curto entre seu reconhecimento inicial e realização esperada, os valores contábeis desses itens são uma boa aproximação dos seus valores justos.

O detalhamento é o seguinte:

- Nível 1: Preços de mercado cotados em um mercado ativo;
- Nível 2: Métodos de avaliação baseados em premissas totalmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo;
- Nível 3: Métodos de avaliação baseados em premissas não ou apenas parcialmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo. Não há itens avaliados através desta metodologia.



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.5 Valor justo dos ativos e passivos financeiros --Continuação

##### 6.5.4 Ativos financeiros para negociação e demais instrumentos financeiros ativos e passivos-- Continuação

	Nível 1	Nível 2	Total
<i>Em 31 de dezembro de 2013</i>			
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.476.684	-	1.476.684
Ativos financeiros para negociação	230.495	32.687	263.182
Derivativos	-	1.213	1.213
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.865.190	2.865.190
<b>Passivo</b>			
Depósitos de instituições financeiras	11.365.603	-	11.365.603
Depósitos de clientes	3.867.099	-	3.867.099
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	7.298.686	7.298.686
Outros passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	-	235	235
<i>Em 31 de dezembro de 2012</i>			
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	838.275	-	838.275
Ativos financeiros para negociação	82.959	21519	104.478
Derivativos	73	-	73
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	3.127.010	3.127.010
<b>Passivo</b>			
Depósitos de instituições financeiras	9.856.317	-	9.856.317
Depósitos de clientes	2.968.296	-	2.968.296
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	5.748.191	5.748.191
Outros passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	-	32	32

A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos prazos dos ativos e passivos financeiros mais relevantes do Banco:

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.5 Valor justo dos ativos e passivos financeiros --Continuação

##### 6.5.4 Ativos financeiros para negociação e demais instrumentos financeiros ativos e passivos--Continuação

	2013			
	Sem vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Total
<i>Em 31 de dezembro de 2013</i>				
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.476.684	-	-	1.476.684
Valores a receber de instituições financeiras	7.724.449	232.880	-	7.957.329
Ativos financeiros para negociação	84.543	125.520	53.119	263.182
Empréstimos e recebíveis de clientes	966.189	6.059.882	4.077.989	11.104.060
Ativos financeiros disponíveis para venda	638.202	943.292	1.283.696	2.865.190
<b>Passivos</b>				
Depósitos de instituições financeiras	1.074.981	5.239.002	5.051.620	11.365.603
Depósitos de clientes	3.835.514	31.213	372	3.867.099
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.992.553	48.681	257.452	7.298.686
	2012			
	Sem vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Total
<i>Em 31 de dezembro de 2012</i>				
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	838.275	-	-	838.275
Valores a receber de instituições financeiras	6.006.519	285.345	839	6.292.703
Ativos financeiros para negociação	215.19	28.479	54.480	104.478
Empréstimos e recebíveis de clientes	994.765	4.991.442	2.973.147	8.959.354
Ativos financeiros disponíveis para venda	141	435.815	2.691.054	3.127.010
<b>Passivos</b>				
Depósitos de instituições financeiras	748.231	4.427.910	4.680.176	9.856.317
Depósitos de clientes	2.962.436	4.379	1481	2.968.296
Obrigações por títulos e valores mobiliários	5.441.853	62.035	244.303	5.748.191

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

#### 6.6 Atividades de serviços fiduciários e administração de ativos

O Banco serviços fiduciários, administração de consórcios e administração de ativos, sendo parte desses serviços a tomada de decisões sobre a alocação, compra e venda de uma ampla gama de instrumentos financeiros. Os ativos mantidos em conexão com atividades fiduciárias não são divulgados nessas demonstrações financeiras. Para alguns dos acordos, o Banco concordou em atingir metas de rentabilidade para os ativos sob sua gestão. Com esses serviços, o Banco poderá estar exposto ao risco de ser responsabilizado pela gestão ou desempenho inadequado.

### 7. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Disponibilidade	55.276	34.572
Operações compromissadas	1.410.348	790.283
Depósitos em banco centrais com exceção dos depósitos de reservas compulsórias	11.060	13.420
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.476.684</b>	<b>838.275</b>

Os depósitos de reserva compulsórios são depósitos junto ao BACEN exigidos com base na sua política de reserva mínima.

### 8. Valores a receber de instituições financeiras

	2013	2012
Depósitos junto a instituições financeiras	684.619	546.726
Operações compromissadas - aplicações	7.272.710	5.745.977
<b>Total de valores a receber de instituições financeiras</b>	<b>7.957.329</b>	<b>6.292.703</b>

### 9. Ativos financeiros para negociação

	2013	2012
Títulos públicos	83.109	54.479
Outros títulos de dívida - CPR	147.386	28.480
Quotas de fundos de investimentos	32.687	21.519
<b>Total de ativos para negociação</b>	<b>263.182</b>	<b>104.478</b>

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 10. Instrumentos financeiros derivativos e outros passivos relacionados a negociações

As tabelas a seguir apresentam os valores contratuais e os valores justos positivos e negativos dos contratos de derivativos do Banco.

Em 31 de dezembro de 2013

Instrumentos financeiros derivativos mantidos como hedge  
Total dos ativos / passivos financeiros derivativos reconhecidos

Valor do contrato	Valor justo	
	Ativo	Passivo
1.778.993	1.213	235
1.778.993	1.213	235

Em 31 de dezembro de 2013

- Derivativos de moedas  
- Não cotados  
- Swaps  
- Cotados  
- Futuros  
- Derivativos de taxas de juros  
- Não cotados  
- Swaps  
Total Instrumentos financeiros derivativos mantidos como hedge

Valor do contrato	Valor justo	
	Ativo	Passivo
1.550.143	460	5
7.546	460	5
7.546	460	5
1.542.597	-	-
1.542.597	-	-
228.850	753	230
228.850	753	230
228.850	753	230
1.778.993	1.213	235



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### 11. Empréstimos e recebíveis de clientes

	2013	2012
Empréstimos para clientes privados		
Clientes carteira comercial	1.204.752	1.217.612
Clientes carteira rural	9.716.431	7.525.821
Clientes carteira cambio	69.465	96.598
Demais clientes	121.437	120.908
Menos: Provisões de crédito	(8.025)	(1.585)
<b>Total de empréstimos e recebíveis de clientes</b>	<b>11.104.060</b>	<b>8.959.354</b>
	2013	2012
<b>Detalhamento das provisões de crédito:</b>		
<i>Em 1º janeiro</i>	1.585	2.662
- Redução ao valor recuperável adicional para perdas de crédito	13.272	(1.056)
- Outros	(6.832)	(21)
<b>Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes</b>	<b>8.025</b>	<b>1.585</b>
Provisão coletiva	367	617
Provisão geral (IBNR)	7.658	968
<b>Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes</b>	<b>8.025</b>	<b>1.585</b>

A tabela a seguir demonstra a concentração das operações de crédito.

	2013	%	2012	%
10 maiores devedores	2.709.823	24,39	2.116.307	23,62
50 devedores seguintes	3.866.952	34,80	3.091.314	34,50
100 devedores seguintes	550.403	4,95	670.281	7,48
Demais	3.984.907	35,86	3.083.037	34,41
<b>Total</b>	<b>11.112.085</b>	<b>100,00</b>	<b>8.960.939</b>	<b>100,00</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 17 (2012 – R\$ 406), foram registradas como “Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito”. Não houve renegociações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (2012 – R\$1.345)

O Banco possui sistema interno de rating de crédito que está de acordo com os requerimentos do BACEN. Suas operações estão substancialmente concentradas junto às Cooperativas de Crédito do sistema Sicredi através de operações diretas aos seus associados cooperados, avaliados como de risco baixo. O risco baixo inclui operações classificadas com ratings AA e A.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 12. Ativos financeiros disponíveis para venda

	2013	2012
Títulos públicos	2.865.079	3.126.869
Instrumentos de ações de capital	111	141
<b>Total de ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>2.865.190</b>	<b>3.127.010</b>

Durante o ano de 2013 a instituição reclassificou 10.000 LFTs da categoria “Mantido para negociação” para a categoria “Disponível para venda”.

Em 31 de dezembro de 2013, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram perda líquida de R\$ 263 (2012 – Ganho Líquido de R\$ 177), os quais estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no valor de R\$ 159 (2012 – R\$ 106).

### 13. Ativo intangível

	Outros ativos intangíveis	Total
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2013</i>		
Valor contábil líquido inicial	583	583
- Adições	471	471
- Amortização	(204)	(204)
- Transferências	189	189
<b>Valor contábil líquido final</b>	<b>1.039</b>	<b>1.039</b>
Custo	2.599	2.599
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	(1.560)	(1.560)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>1.039</b>	<b>1.039</b>
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2012</i>		
Valor contábil líquido inicial	354	354
- Adições	410	410
- Amortização	(181)	(181)
<b>Valor contábil líquido final</b>	<b>583</b>	<b>583</b>
Custo	1.674	1.674
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	(1.091)	(1.091)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>583</b>	<b>583</b>

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### 14. Imobilizado

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Total
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2013</i>			
Valor contábil líquido inicial	40.374	12.097	52.471
- Adições	519	2.155	2.674
- Alienações	-	(167)	(167)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(520)	(4.037)	(4.557)
- Transferência	1.823	(1.133)	690
<b>Valor contábil líquido final</b>	<b>42.196</b>	<b>8.915</b>	<b>51.111</b>
Custo	47.192	29.757	76.949
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(4.996)	(20.842)	(25.838)
<b>Variação do valor contábil líquido</b>	<b>42.196</b>	<b>8.915</b>	<b>51.111</b>
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2012</i>			
Valor contábil líquido inicial	41.634	13.366	55.000
- Adições	351	2.842	3.193
- Alienações	-	(312)	(312)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(1.611)	(3.799)	(5.410)
<b>Valor contábil líquido final</b>	<b>40.374</b>	<b>12.097</b>	<b>52.471</b>
Custo	44.737	29.831	74.568
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(4.363)	(17.734)	(22.097)
<b>Variação do valor contábil líquido</b>	<b>40.374</b>	<b>12.097</b>	<b>52.471</b>

### 15. Propriedades para investimento

	2013	2012
Valor contábil líquido inicial	4.840	4.884
- Depreciação	(72)	(44)
- Transferência	(878)	-
<b>Valor contábil líquido final</b>	<b>3.890</b>	<b>4.840</b>
Depreciação acumulada	4.459	5.527
- Transferência	(569)	(687)
<b>Variação do valor contábil líquido</b>	<b>3.890</b>	<b>4.840</b>

#### Detalhamento da receita de locação e depreciação de propriedades para investimento:

Receita de locação líquida de propriedades para investimento	538	687
Depreciação de propriedades para investimento	(569)	(687)

O valor justo e o valor contábil são praticamente iguais. O vencimento máximo remanescente de propriedades para investimento é de 15 anos.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 16. Outros ativos

	2013	2012
Recebíveis e pagamentos antecipados	75.812	63.826
Outros ativos	74.575	35.988
<b>Total de outros ativos</b>	<b>150.387</b>	<b>99.814</b>

### 17. Depósitos de instituições financeiras

	2013	2012
Outros empréstimos	4.424.541	3.493.121
Outros depósitos	6.941.062	6.363.196
<b>Total de depósitos de instituições financeiras</b>	<b>11.365.603</b>	<b>9.856.317</b>

### 18. Depósitos de clientes

	2013	2012
Depósitos à vista	42.477	32.762
Depósitos a prazo	3.816.238	2.929.266
Outros devido a clientes	8.384	6.268
<b>Total de depósitos de clientes</b>	<b>3.867.099</b>	<b>2.968.296</b>

### 19. Obrigações por títulos e valores mobiliários

	2013	2012
Outros títulos de dívida	7.298.686	5.748.191
<b>Total de obrigações de títulos e valores mobiliários</b>	<b>7.298.686</b>	<b>5.748.191</b>



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 20. Provisões

A Instituição possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	Valor estimado de perda	2013	2012
Trabalhista	Provável	9.356	9.415	6.116
Cível	Provável	276	764	405
Tributária	Provável	-	3	3
Total			10.182	6.524

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco possuía também processos cíveis, trabalhistas e tributários cuja probabilidade de perda é possível na Controladora no montante de R\$ 1.100 (2012 – R\$ 3.711) e no Consolidado no montante de R\$ 2.338 (2012 – R\$ 4.815).

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	2013	2012
<i>Outras provisões:</i>		
Saldo inicial	6.524	2.060
- Adições	4.220	4.464
- Saques	(562)	-
<b>Saldo Final</b>	<b>10.182</b>	<b>6.524</b>

Vencimento das provisões do Banco (excluindo provisões para benefícios a funcionários e para devedores duvidosos):

	Menos de 1 ano	1-5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013	8.368	1.814	10.182
Em 31 de dezembro de 2012	2.183	4.341	6.524

# Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

## 21. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados para todas as diferenças temporárias utilizando o método do 'passivo' com base em uma alíquota de impostos vigente de 40% (2012: 40%) no Brasil. As mudanças no imposto de renda diferido podem ser detalhadas conforme segue:

	2013	2012
<b>Ativo fiscal diferido - conciliação</b>		
Saldo inicial	11.135	8.383
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	6.140	2.877
- Ativos financeiros disponíveis para venda:		
- remensuração do valor justo	108	33
- Diferenças cambiais	-	(158)
<b>Saldo Final</b>	<b>17.383</b>	<b>11.135</b>
<b>Passivo fiscal diferido - conciliação</b>		
Saldo inicial	2.414	1.267
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	332	142
- Ativos financeiros disponíveis para venda:		
- remensuração do valor justo	(60)	31
- Diferenças cambiais	582	974
<b>Saldo Final</b>	<b>3.268</b>	<b>2.414</b>
<b>Ativo fiscal diferido - por tipo</b>		
Reduções ao valor recuperável (impairment)	5.880	571
Outras provisões	4.125	2.581
Provisão para PPR e Bônus	7.160	7.873
Marcação a Mercado TVM	218	110
<b>Total do ativo fiscal diferido</b>	<b>17.383</b>	<b>11.135</b>
<b>Passivo fiscal diferido - por tipo</b>		
Imobilizado	1.700	1.369
Diferenças Cambiais	1.557	974
Marcação a Mercado TVM	11	71
<b>Total do passivo fiscal diferido</b>	<b>3.268</b>	<b>2.414</b>

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso existir um direito legal de compensar ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente e os itens do imposto diferido relacionar-se à mesma autoridade tributária.

Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Ano	Valor dos créditos	
	2013	2012
2013	-	9.276
2014	12.364	1.416
2015	4.712	443
2016	158	-
2018	220	-
2019	(71)	-
<b>Total</b>	<b>17.383</b>	<b>11.135</b>

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 22. Outros passivos

	2013	2012
Valores a pagar	167.795	243.782
Dividendos a pagar	11.054	8.291
Outros (i)	92.434	32.717
<b>Total de outros passivos</b>	<b>271.283</b>	<b>284.790</b>

(i) Valores a pagar relacionados a convênios com bandeiras de cartões de crédito e outros serviços oferecidos pelo banco.

### 23. Patrimônio líquido

#### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R\$ 744.375 (2012 – R\$ 433.052), representado por 537.390.932 ações ordinárias (2012 – 309.066.206), 130.249.464 ações preferenciais Classe A escriturais sem valor nominal (2012 – 109.637.459) e 21.523.109 ações preferenciais Classe B escriturais sem valor nominal (2012 – 0).

Em 28 de fevereiro de 2013, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 183.165, representado por 137.234.641 ações ordinárias e 20.612.005 ações preferenciais Classe A, ao valor unitário de R\$ 1,160397967, aprovado pelo BACEN em 09 de abril de 2013. A capitalização foi de R\$ 150.000 via caixa e de R\$ 33.165 via integralização de dividendos.

Em 29 de abril de 2013, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 19.993, representado por 17.874.849 ações preferenciais Classe B, ao valor unitário de R\$ 1,118498958 para a International Finance Corporation – IFC, aprovado pelo BACEN em 24 de maio de 2013.

Em 19 de setembro de 2013, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 104.000, representado por 91.090.085 ações ordinárias, ao valor unitário de R\$ 1,141726900, aprovado pelo BACEN em 10 de outubro de 2013.

Em 29 de outubro de 2013, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 4.165, representado por 3.648.260 ações preferenciais Classe B, ao valor unitário de R\$ 1,141726900 para a International Finance Corporation – IFC, aprovado pelo BACEN em 27 de novembro de 2013, a capitalização foi via caixa.

As ações preferenciais Classe A têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco; (c) os mesmos direitos de voto concedidos às ações ordinárias do Banco atualmente existentes; e (d) prioridade no reembolso do capital social. Os dividendos atribuídos às ações ordinárias serão constituídos pelos lucros remanescentes após o pagamento das ações preferenciais Classe A.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### 23. Patrimônio líquido--Continuação

As ações preferenciais Classe B têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco, com exceção das Ações Preferenciais Classe A que se colocarão pari passu com as Ações Preferenciais Classe B e, portanto, terão a mesma prioridade que as Ações Preferenciais Classe B; e (c) prioridade no reembolso do capital social, pari passu com as ações preferenciais Classe A.

#### Instrumentos híbridos de capital e dívida

	2013	2012
Instrumentos híbridos de capital e dívida - principal	52.400	52.400
Instrumentos híbridos de capital e dívida - encargos	82.039	72.019
<b>Total</b>	<b>134.439</b>	<b>124.419</b>

Em 02 de maio de 2005, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.837/01, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito, através da emissão de Recibos de Depósito Bancário - RDB, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo" expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados. Os recursos captados poderão ser usados para absorção de eventuais prejuízos.

Para fins de IFRS esses valores foram reclassificados para capital social diante da característica da dívida. (vide nota 4.5.9)

#### b) Reserva de lucros

Reserva Legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitado a até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 2.328 em 31 de dezembro de 2013.

Reserva Especial de Lucro - na reunião da Diretoria realizada no dia 27 de dezembro de 2013 foi autorizada a constituição de reserva no montante de R\$ 33.163, a qual será formalizada em assembleia que irá ocorrer no dia 21 de fevereiro de 2014.



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 23. Patrimônio líquido--Continuação

#### c) Dividendos

*Conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal.*

Na reunião da Diretoria realizada no dia 27 de dezembro de 2013, foi autorizada a distribuição dos dividendos mínimos relativos ao exercício de 2013, no montante de R\$ 11.054, que serão distribuídos às ações preferenciais Classe A e Classe B.

As ações preferenciais Classe A e Classe B terão respectivamente direito a R\$ 29.617 e R\$ 1.252, calculados com base no resultado consolidado do Sistema Sicredi. Deste montante, R\$ 19.815 estão registrados em "Dividendos obrigatórios não distribuídos", cuja destinação será formalizada em assembleia que irá ocorrer no dia 21 de fevereiro de 2014.

#### d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações durante o período.

	2013	2012
<b>Lucro acumulado a ser distribuído aos detentores das ações</b>	<b>45.162</b>	<b>43.424</b>
<b>Ordinárias e preferenciais em bases proporcionais:</b>		
Ações preferenciais classe A	29.177	23.918
Ações preferenciais classe B	1.179	-
Ações preferenciais		
Ações ordinárias	14.805	19.506
<b>Lucro por ação</b>		
<b>Lucro básico por ação (em Reais - R\$)</b>		
Ações preferenciais classe A	0,22	0,22
Ações preferenciais classe B	0,05	-
Ações preferenciais		
Ações ordinárias	0,03	0,06

#### e) Lucros (prejuízos) acumulados

Considerando que os ajustes decorrentes da adoção ao IFRS não devem ter destinação, o Banco resolveu apresentar esses valores na conta "Lucros (prejuízos) acumulados".

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 24. Receitas e despesas de juros

	2013	2012
<b>Receita de juros</b>		
Valores a receber de instituições financeiras	710.171	597.102
Ativos financeiros para negociação	19	114
Empréstimos e recebíveis de clientes	599.811	840.817
Ativos financeiros disponíveis para venda	258.225	247.774
<b>Total da receita de juros</b>	<b>1.568.226</b>	<b>1.685.807</b>
	2013	2012
<b>Despesa de juros</b>		
Depósitos de instituições financeiras	(517.269)	(784.116)
Depósitos de clientes	(188.797)	(146.431)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(613.424)	(544.927)
<b>Total da despesa de juros</b>	<b>(1.319.490)</b>	<b>(1.475.474)</b>
<b>Receita líquida com juros</b>	<b>248.736</b>	<b>210.333</b>

### 25. Tarifas, taxas e comissões

	2013	2012
<b>Receita de tarifas, taxas e comissões</b>		
Administração de ativos	9.995	7.162
Taxa de administração de cartões	61.750	59.104
Taxa de administração de operações de consórcio	74.255	57.912
Comissão de seguro	180.911	148.819
Taxas de custódia e serviços de títulos	1.586	1.264
Taxas de administração	28.459	17.960
<b>Total da receita de tarifas, taxas e comissões</b>	<b>356.956</b>	<b>292.221</b>
<b>Despesa de tarifas, taxas e comissões</b>		
Taxas de administração	(154.687)	(129.842)
<b>Total da despesa de tarifas, taxas e comissões</b>	<b>(154.687)</b>	<b>(129.842)</b>
<b>Tarifas, taxas e comissões líquidas</b>	<b>202.269</b>	<b>162.379</b>

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 26. Ganho/(perda) líquida de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado

	2013	2012
Instrumentos de dívida e instrumentos financeiros derivativos	3.334	1.305
Moedas estrangeiras e outras receitas de negociação	2.311	1.595
<b>Lucro líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor</b>	<b>5.645</b>	<b>2.900</b>

O lucro líquido da negociação de moedas também inclui ganhos e perdas nos contratos à vista e a termo, opções, futuros e ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras.

### 27. Outras receitas operacionais

	2013	2012
Receitas com carteira de câmbio	8.039	9.328
Convênio INSS	2.044	2.878
Convênio Pré-depósito Compe	1.410	3.988
Reversão provisão operacionais	10.014	2.318
Recuperação de encargos e despesas	8.225	7.350
Receita variação monetária	29.199	40.800
Outras receitas operacionais	41.160	31.596
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>100.091</b>	<b>98.258</b>

### 28. Despesas de pessoal

	2013	2012
Ordenados e salários	(83.027)	(72.101)
Contribuições previdenciárias e custos de seguro	(16.694)	(14.754)
Outros despesas de pessoal	(13.364)	(12.195)
<b>Total de despesas de pessoal</b>	<b>(113.085)</b>	<b>(99.050)</b>

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 29. Outras despesas administrativas

	2013	2012
Despesas de viagem	(3.069)	(3.127)
Materiais de escritório	(223)	(273)
Despesas de TI	(5.013)	(6.318)
Despesas de publicidade	(3.879)	(5.347)
Manutenção de edifícios	(208)	(556)
Honorários profissionais	(3.049)	(3.163)
Despesas tributárias	(48.744)	(41.480)
Despesas prestação de serviços cooperativas	(57.572)	(48.152)
Despesas serviços prestados SFN	(133.934)	(111.782)
Despesas serviços técnicos especializados	(51.162)	(44.723)
Outras despesas	(12.076)	(11.180)
<b>Total de outras despesas administrativas</b>	<b>(318.929)</b>	<b>(276.101)</b>

### 30. Outras despesas operacionais

	2013	2012
Despesa com carteira de câmbio	(13.046)	(18.803)
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(2.079)	(2.088)
Convênio - Secretaria Receita Federal - SEFAZ	(919)	(1.174)
Despesa variação monetária	(300)	(562)
Outras despesas operacionais	(11.870)	(6.260)
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>(28.214)</b>	<b>(28.887)</b>



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 31. Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro operacional do Banco difere do valor nominal baseado nas alíquotas de imposto padrão brasileiras. A reconciliação entre os dois valores é mostrada abaixo:

	2013	2012
Lucro operacional antes da tributação e antes da participação dos acionistas minoritários	78.409	65.253
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(31.364)	(26.101)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Incentivos fiscais	1.876	1.540
Constituição PPR pessoal	(2.605)	-
Reversão IR e CSLL exercício anterior	(1.781)	1.456
Outros, líquidos	181	285
Subtotal	(2.329)	3.281
Temporárias		
Provisão/ Reversão de PPR Pessoal	713	(641)
Provisão/Reversão para operações de crédito	(5.308)	434
Reversão/Provisão para passivos contingentes	(1.544)	(1.792)
Ajuste de títulos marcados a mercado	7	(149)
Depreciação	333	(34)
Diferenças cambiais	467	989
Outros, líquidos	115	23
Subtotal	(5.217)	(1.170)
IRPJ e CSLL correntes	(38.910)	(23.990)
Constituição de créditos tributários	5.217	2.022
IRPJ e CSSL registrados no resultado	(33.693)	(21.968)
Alíquota efetiva	-43%	-34%

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 32. Transações com partes relacionadas

Duas partes são consideradas relacionadas caso uma parte exerça controle ou tenha influência significativa sobre a outra parte (no que tange a decisões financeiras ou operacionais). No curso normal dos negócios, o Banco realiza uma ampla gama de transações com entidades relacionadas envolvendo diferentes tipos de empréstimos, depósitos e transações em moedas estrangeiras. As transações entre partes relacionadas também incluem transações com controladas, acionistas e alta administração, bem como transações entre controladas. Todas essas transações são isentas de interesses. As transações entre as entidades que compõem o Banco são eliminadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

#### 32.1 Instituições relacionadas/controladas

Os volumes de transações com partes relacionadas, saldos a pagar no encerramento do exercício e receitas e despesas correspondentes durante o exercício são fornecidos na próxima página:

	2013	2012
<b>Depósitos de instituições financeiras / depósitos de clientes</b>		<b>Reapresentado</b>
Pendentes no início do exercício	12.486	23.446
- Recebidos durante o exercício	229	2.130
- Liquidada durante o exercício	(1.032)	(13.090)
<b>Total no encerramento do exercício</b>	<b>11.683</b>	<b>12.486</b>
<b>Despesas</b>		
Despesas de juros	776	710
<b>Total das despesas de transações com partes relacionadas</b>	<b>776</b>	<b>710</b>

#### 32.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O valor dos honorários mensais do diretor-presidente, do diretor executivo e dos diretores, e
- O diretor-presidente, o diretor-executivo e os diretores, terão também direito as prerrogativas previstas no Programa de Benefícios do Sicredi (PBS) e Programa de Educação Cooperativa (PEC) nos termos dos respectivos regulamentos, e em condições equivalentes aos demais colaboradores.

A remuneração paga a seus administradores foi como segue:

	2013	2012
Salários	3.365	3.455
Encargos previdenciários	5.102	5.754
Bônus relacionado ao desempenho	2.693	1.914
<b>Total</b>	<b>11.160</b>	<b>11.123</b>

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 32. Transações com partes relacionadas--Continuação

#### 32.3 Benefícios pós-emprego

	2013	2012
Plano de Previdência Complementar de contribuição definida	265	190
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>190</b>

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

### 33. Outras Informações

#### 33.1 Medida Provisória nº 627

Considerando as disposições contidas na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, a qual altera a legislação tributária relativamente ao IR, CSLL, PIS e COFINS, notadamente com a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) e instituição de novo sistema de tributação de lucros auferidos por controladas e coligadas estrangeiras de pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil; e, também, as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, especialmente quanto a incidência de IRPJ e CSLL sobre lucros e dividendos, bem como avaliação de investimento com base no Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a Administração do Banco, por cautela, irá aguardar a conversão da referida Medida Provisória nº 627/13 em Lei, bem como eventual alteração da Instrução Normativa RFB nº 1.397/13, para que seja feita uma análise mais precisa e segura das alterações legislativas. Numa avaliação prévia, conclui-se que não haverá impactos relevantes para o Banco.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### 33. Outras Informações--Continuação

#### 33.2 Leasing

Parte do saldo da conta de valores a pagar, nota 22, refere-se a contratos de leasing financeiros obtidos pela Administradora de Cartões em outros bancos para a compra de equipamentos (máquinas de ponto de venda - Point of Sale POS, utilizados na operacionalização de cartão múltiplo). Os contratos vigentes estão demonstrados a seguir:

Instituição	Indexador	Taxa média anual de juros	2013		2012	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco Alfa	CDI	100% do CDI + 1,70%	-	-	402	-
Banco IBM	CDI	100% do CDI + 3,91%	-	-	181	-
Banco IBM	CDI	100% do CDI + 2,84%	145	-	194	163
Banco IBM	CDI	100% do CDI + 2,84%	150	-	196	163
Banco IBM	CDI	100% do CDI + 2,84%	149	-	189	158
Total			444	-	1.162	484

As parcelas dos empréstimos vencem como segue:

	2013	2012
2013	-	1.162
2014	444	484
	444	1.646

#### 33.3 Plano de pensão – contribuição definida

O Banco e as empresas controladas participam de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade “contribuição definida”. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não têm obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 33.Outras Informações--Continuação

#### 33.4 Coobrigações prestadas

##### a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades

	2013	2012
Créditos abertos a Exportação		
Câmbio a contratar (i)	-	155
Coobrigação por Garantias Prestadas		
Beneficiários de Garantias Prestadas (ii)	44.350	48.036
Depositários de Valores em Custódia/Garantia (iii)	4.029.600	3.610.659
Títulos em Cobrança (iv)	2.933.735	1.816.003

(i) Corresponde basicamente a créditos abertos para exportação.

(ii) Corresponde basicamente ao valor das garantias prestadas, avais e fianças concedidos à terceiros em moeda nacional.

(iii) Refere-se ao valor de títulos próprios de terceiros custodiados na CETIP e no SELIC.

(iv) Representam os títulos de terceiros em cobrança direta no país.

##### b) Outras garantias

	2013	2012
Margem Garantia BM&F Bovespa	25.445	28.957
Tecnologia Bancária S/A - TECBAN	1.456	1.346

#### 33.5 Fundos de Investimento

O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2013 atingiram R\$ 10.649.394 (2012 - R\$ 8.372.929).

A receita com a administração dos fundos de investimento, no exercício, atingiu R\$ 8.654 (2012 – R\$ 6.352) e está apresentada na rubrica "Taxas de Administração".

Os fundos de investimento são auditados em datas diversas por outros auditores independentes.

#### 33.6 Cobertura de Seguros

O Banco e as suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros.

